

A PESQUISA EM EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

SOUZA, Maria Antônia* – UTP

GT-03: Movimentos Sociais e Educação

Agência Financiadora: CNPq

1. Cenário das pesquisas sobre educação e movimentos sociais do campo

Os estudos sobre educação e movimentos sociais do campo têm adquirido novas configurações a partir da criação do Setor de Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do desenvolvimento do debate sobre a educação do campo na sua condição de paradigma que se opõe à educação rural. Se para o período de 1980 a 1990, Damasceno e Beserra (2004) identificaram 102 trabalhos sobre educação rural, para o período de 1987 a 2007 localizamos 165 pesquisas, somadas as teses e dissertações, que se interessaram pelo tema da Educação e MST, e conseqüentemente a reflexão sobre a realidade da educação do campo.

É fato que a educação rural predominante na história da educação brasileira, e a educação do campo tal como vem sendo debatida pelos movimentos sociais, têm lugar marginal nas pesquisas no ambiente acadêmico. Isso se deve a alguns fatores como: 1) a pós-graduação teve seu desenvolvimento no país no pós 1960, momento histórico em que as cidades ainda estavam recebendo migrantes rurais, e o que saltava aos olhos dos pesquisadores eram os inúmeros problemas urbanos emergentes, cuja visibilidade era dada pelos movimentos populares urbanos, que demandavam escolas e creches e debatiam outras questões como ensino noturno, educação de adultos, vagas nas escolas, políticas educacionais e salariais, processo ensino-aprendizagem, processo de avaliação escolar etc. Tais temas atraíram o interesse dos pesquisadores da pós-graduação, ao lado das questões que envolviam a Educação Superior. 2) a educação rural, com suas classes multisseriadas, unidocentes em escolas agrupadas, foi objeto de poucos estudos na área da educação. As experiências de Pedagogia da Alternância e das Escolas Famílias Agrícolas, também desenvolvidas ao longo do século XX, foram objeto de poucas pesquisas educacionais. O processo de migração e suas interferências no mundo da educação eram estudados em outras áreas como Geografia, História e Sociologia. Vale mencionar a obra organizada por

* Grupo de Pesquisa Práticas Educativas e Movimentos Sociais do Campo.

Werle (2007) sobre a educação rural em perspectiva internacional. Trata-se de um trabalho ímpar na história da educação brasileira, ao reunir estudos que abordam aspectos da constituição histórica das escolas rurais, questões relacionadas à infra-estrutura das escolas rurais, materiais pedagógicos e formação e prática de professores.

Nota-se que as terminologias “rural” e “campo” convivem nos trabalhos acadêmicos, como é o caso de Calazans (1993) que discute trajetória da escola rural no Brasil, Ribeiro (2007) que fala das contradições da educação do campo e de Werle (2007) mencionada anteriormente. O que constatamos em nossos estudos é que a terminologia campo conquista lugar na academia no final da década de 1990, embora Therrien e Damasceno (1993) sejam autores que utilizam escolas do campo. A perspectiva posta no debate sobre educação do campo está relacionada com as proposições dos movimentos sociais do campo, que reivindicam uma educação dos povos do campo, que valoriza a cultura dos mesmos e que contribua para a formação humana, mediante o trabalho com os conhecimentos construídos historicamente. A perspectiva da educação rural tem origem na esfera das políticas governamentais, uma educação pensada para os povos do campo. Os autores que discutem educação rural geralmente mencionam as políticas públicas, a fragilidade da formação dos professores e a precariedade das condições do trabalho pedagógico, da infra-estrutura etc. Já, os autores que analisam educação do campo trazem o debate para o contexto dos movimentos sociais. Vendramini (2007) afirma que “analisar um determinado movimento social significa compreender a oposição de classe, o confronto histórico entre trabalhadores e proprietários, que assume diferentes expressões e dimensões” (p.7). Esta é uma perspectiva presente em muitas teses e dissertações que investigam a educação do campo no contexto do MST.

Nos últimos 10 anos a educação do campo vem conquistando espaço na academia, em função ao menos de três fatores, a saber:

- 1) A participação do movimento social (MST) na sociedade brasileira e suas demandas educacionais, compreendidas como lutas por direito social e humano fundamental. É um movimento que questiona, propõe e inova no debate educacional, além de atrair os pesquisadores interessados em conhecer e contribuir com as experiências educativas em desenvolvimento nos níveis de ensino Fundamental, Médio, Superior e de formação política.

2) A possibilidade de diálogo entre movimento social e sociedade política, que desencadeou processos de formação inicial e continuada de profissionais da educação voltados à educação do campo. Recentemente foi criada a Comissão Nacional de Educação do Campo, junto ao Ministério da Educação (Portaria 1258, 19 de dezembro de 2007). Trata-se de um órgão colegiado, de caráter consultivo, com a atribuição de assessorar o Ministério da Educação na formulação de políticas públicas de educação do campo. A composição da Comissão tem dois grandes segmentos: 1) Representantes do governo federal, por meio das secretarias vinculadas ao Ministério da Educação: SETEC, SEB, SESu, SECAD, SEED, SEESP, FNDE e INEP e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; por representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED. 2) A sociedade civil representada por 8 entidades: CEFFAs Centros Familiares de Formação por Alternância; CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura; CPT- Comissão Pastoral da Terra; FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens; MMC - Movimento das Mulheres Camponesas; MST- Movimento dos Trabalhadores sem Terra e RESAB - Rede Educacional do Semi-Árido Brasileiro. Essas iniciativas instigam os pesquisadores a analisarem os desdobramentos oriundos da relação governo e sociedade civil na construção de políticas públicas. É o caso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA – criado em 1998 e que tem sido contexto e ao mesmo tempo objeto de inúmeras pesquisas na área de educação. É contexto dos estudos sobre educação de jovens e adultos e investigações sobre a realidade da extensão nas universidades, uma vez que o referido programa caracteriza-se como atividade de extensão universitária. É objeto de pesquisa quando se discute a sua gênese, essência e interferência na realidade da educação do campo.

3) A ampliação dos grupos de pesquisa – registrados no CNPq – que têm se dedicado a estudos da realidade educacional do campo no Brasil. Inúmeras universidades têm grupos de pesquisa voltados ao debate da educação do campo e dos movimentos sociais. Em sua maioria são grupos que se intitulam por Educação e Trabalho ou por Educação e Movimentos Sociais. Como linhas de pesquisa há registro de formação de professores, prática educativa, educação de jovens e adultos, educação do campo etc.

Estados que possuem tais grupos de pesquisa, segundo nosso registro de pesquisa são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, João Pessoa, Natal, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Dentre os pesquisadores que vem se constituindo como referência teórica na área de educação do campo, ao lado dos intelectuais e assessores do MST como Miguel Arroyo, Roseli Caldart e Bernardo Mançano Fernandes, são: Marlene Ribeiro (RS), Célia Regina Vendramini (SC), Sônia Beltrame (SC), Maria Antônia de Souza (PR), Celi Taffarel (BA), Maria do Socorro Xavier (UFPB), Sônia Meire Azevedo (UFSE), Eliane Dayse Pontes Furtado (UFC) entre outros. Estes pesquisadores têm orientado iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, dissertação de mestrado e teses de doutorado na área da educação do campo e movimentos sociais. Consideramos que a existência dos grupos de pesquisa tem intensificado os estudos na área da educação do campo. Os expoentes históricos da educação do campo são Maria Nobre Damasceno, Jacques Therrien, Julieta Calazans, somado aos estudiosos da educação popular, que em muitos casos investigaram as experiências educativas no contexto rural.

Os estudos envolvendo educação e movimentos sociais historicamente seguiram dois caminhos temáticos. De um lado os estudos sobre processos de conscientização política entre camponeses, demarcando um campo de estudo da educação não-formal. De outro lado, os estudos sobre a prática educativa e a formação de professores, delimitando a esfera da educação formal. No momento atual, a educação do campo vem sendo analisada no contexto dos movimentos sociais, como demanda por política pública de educação dos povos do campo. Predominam as investigações sobre a formação de professores e prática educativa, educação de jovens e adultos no contexto das parcerias entre governos, universidades e movimentos/ organizações sociais, processos de conscientização política no movimento social, gestão da educação entre outros. Reis (2004) publicou uma obra sobre educação do campo mediante análise da proposta pedagógica de uma escola rural no interior do estado da Bahia. Nela, o autor demonstra o quanto a escola rural está a serviço da comunidade local e o quanto ela contribui com o desenvolvimento local. Trata-se de um estudo sobre o “movimento” de uma escola rural. Já, Martins (2008) organizou uma obra sobre formação continuada de professores que trabalham em escolas do campo. O contexto dos textos é a escola, a gestão e a prática pedagógica no movimento do debate com o MST.

Traz resultados de um trabalho coletivo que envolve professores universitários, militantes do MST e educadores/ diretores de escolas localizadas em assentamento de reforma agrária.

2. O conhecimento em construção nas pesquisas sobre educação e movimentos sociais do campo.

Identificamos 165 trabalhos (entre teses e dissertações) sobre educação e MST. Destes, realizamos estudo do conteúdo de 108 trabalhos. Neste artigo mencionaremos algumas pesquisas, a título de demonstrar como se deu a análise e quais conhecimentos são anunciados nas investigações. É importante dizer que diante da ampliação dos estudos sobre educação rural, experiências educativas rurais e a nova dimensão da educação do campo, tivemos que proceder ao recorte do estudo, ou seja, delimitar a investigação aos trabalhos relacionados à educação e MST, por se tratar de um movimento de visibilidade nacional e internacional e, particularmente, por demandar educação pública gratuita desde a década de 1980.

Dentre as pesquisas existem aquelas que analisam a educação infantil, os cursos técnicos, as músicas, as escolas itinerantes e a educação de jovens e adultos. E, existem outras que analisam a dimensão não-formal da educação no MST, a exemplo daquelas que se atentam para os processos de conscientização política.

A abordagem metodológica das teses e dissertações é marcada pela coleta e análise qualitativa de dados, contextualizadas em estudos do tipo caso, participante e etnográfica. Algumas pesquisas não definem o tipo de estudo, mas trabalham com observações e entrevistas, especialmente. Os textos são ricos em imagens da realidade assentamento e da escola de assentamento e/ ou acampamento.

Quanto à abordagem teórica, os estudos têm aproximação com uma perspectiva marxista, embora nem sempre as categorias do método e do objeto estejam definidas tal qual solicita a dialética materialista histórica. As áreas de conhecimento que têm presença nas pesquisas são: Sociologia, História e Educação. O conceito movimento social requer uma passagem pela área da Sociologia e da História. Autores como José de Souza Martins, especialmente, e Eric Hobsbawn são mencionados quando se trata de discutir o conceito movimento social.

Quanto aos conhecimentos educacionais, tendo em mente que são pesquisas que cuidam de analisar de modo crítico a realidade educacional, de um lado, demonstram como se efetiva a prática educativa e evidenciam quais são as mudanças necessárias à educação do campo. De outro lado, são estudos que demarcam a política educacional e os limites postos à realidade do campo, anunciando possibilidades no que tange às parcerias em desenvolvimento na sociedade, também demarcam os limites das parcerias. No que tange aos estudos sobre currículo, prática pedagógica e gestão escolar, é comum a menção a cenários democráticos, dialógicos em construção, embora marcados por forte diretividade do MST quando se trata dos cursos Técnicos Agrícolas e Magistérios, a exemplo daqueles desenvolvidos na Escola Josué de Castro, Veranópolis/ RS.

São conhecimentos educacionais voltados ao mundo da práxis educativa. Vamos, agora, a uma rápida descrição de alguns trabalhos com intuito de evidenciar conhecimentos em construção.

Tema 1: Proposta pedagógica oficial e proposta pedagógica do MST

Podemos dizer que a pesquisa a seguir anuncia o *processo dinâmico que as escolas do campo vivem no momento atual*, ou seja, a inquietação com a prática pedagógica, a vontade de construir um projeto político pedagógico da própria escola. Embora pareçam óbvias tais questões, o trabalho da autora evidencia que os professores fazem um exercício de construir uma prática diferente no cotidiano pedagógico. Construir uma prática diferente pode significar algo novo diante do que propõe o MST e a Secretaria de Educação.

Rodrigues (1999) produz dissertação intitulada *Da luta pela terra à educação na luta: Memórias, Narrações e Projetos dos Assentados e Professores do MST na Fazenda Giacometi*. Os sujeitos da pesquisa foram assentados e acampados, tendo em vista que durante o desenvolvimento da pesquisa o acampamento estava em processo de assentamento, e professores da Escola Municipal Rural Vanderlei das Neves. Investigou as contradições existentes entre a proposta pedagógica oficial, que estava sendo implantada na escola, e a proposta pedagógica das lideranças do Setor de Educação do MST. Lançou as seguintes indagações: seria a proposta do MST contraposta ao projeto governamental? Seriam projetos diferenciados e/ou concorrentes? Haveria um projeto governamental e um projeto de uma escola alternativa concorrendo num mesmo espaço? Como se implementa uma proposta do MST dentro de um espaço público? Se a educação que o MST propõe é

voltada para a busca de transformações sociais e a emancipação dos sujeitos, como fazer isso com apenas um tipo de escola? O que significa escola pública se o MST dispuser de escolas próprias? Como justificá-las politicamente? Os seus objetivos resumem-se: 1) Perceber como os professores se apropriam do material pedagógico produzido pelo MST, a partir das suas trajetórias dentro da escola do assentamento; 2) Definir qual posição os professores ocupam em relação à construção de uma proposta pedagógica para a escola; 3) Investigar de que forma as famílias se posicionam com relação às ações propostas pelas lideranças do movimento.

A autora utilizou publicações do MST datadas a partir de 1987, a saber: Cadernos de Educação, Boletins de Educação, Revista Sem Terra e Jornal dos Sem Terra. Entrevistas, focalizando a memória e narrativas, com as famílias assentadas e ainda acampadas e professores da Escola Municipal Rural Vanderlei das Neves. As entrevistas apontaram marcas similares na trajetória das famílias na luta pela terra: desempregos rurais por causa da mecanização da agricultura e a entrada de novas tecnologias, trabalhadores que perderam suas terras por não conseguirem pagar juros elevados, migrações em busca de trabalho no meio urbano. 2) Na fala das famílias são questões predominantes a sobrevivência e o trabalho. 3) A imagem do campo e a condição do trabalhador rural aparecem relacionadas com a pobreza material e intelectual. 4) Não foi possível identificar um projeto de educação por parte das famílias. 5) Na escola observou-se o movimento de repensar a prática pedagógica, por parte dos professores, que ora se aproxima e afasta da proposta do MST. Este movimento iniciou-se da demanda burocrática, qual seja, entregar o projeto-político pedagógico da escola à Secretaria de Educação. 6) A apropriação do material pedagógico do MST pelos professores não aconteceu integralmente, pela falta de um acompanhamento efetivo e formação sistemática, o que levou os professores se distanciarem do projeto. 7) Professores têm assumido como uma questão política a construção de uma proposta pedagógica específica para a escola. Em síntese, a pesquisa focaliza os conceitos de prática pedagógica, educação popular e projeto político. Dentre os autores mais referenciados pela pesquisadora estão: Grzybowski (1986); Linhares (1996); Fonseca (1989); Caldart (1998); Martins (1994, 1993, 1991).

A pesquisa descrita a seguir anuncia a presença do MST na escola, mas demonstra que os professores têm desinteresse em conhecer os documentos produzidos no movimento social. Também, anuncia a necessidade de formação continuada para os professores, de modo que tenham condições e conhecimento para trabalhar em diferentes realidades escolares. De certo modo a pesquisa focaliza aspectos do cotidiano pedagógico, mas *anuncia inquietações que estão postas no mundo da política pública (de formação) de professores.*

Camini (1998) desenvolve a dissertação intitulada *O cotidiano pedagógico de professores e professoras de uma escola de assentamento do MST: Limites e Desafios.* Trata-se de um estudo etnográfico, com professores da Escola Estadual de Primeiro Grau Roseli Correia da Silva localizada no Assentamento São Pedro I, no município de Eldorado do Sul, Rio Grande do Sul. A intenção da pesquisa foi compreender, através da narrativa dos professores, o que significa ser professor do ensino público estadual e os limites, desafios, conflitos, tensões em sua prática pedagógica numa escola localizada num assentamento do MST. Os objetivos resumiram-se a análise da relação entre MST e educação no que diz respeito à formação de professores e a proposta pedagógica em escolas de assentamentos; descrição das condições de vida, trabalho e formação dos professores na escola do assentamento e análise do cotidiano e da prática pedagógica e sua relação com o MST. Do ponto de vista metodológico, fez uso de entrevista com seis professoras e dois professores e documentos produzidos pelo MST, a exemplo dos Cadernos de Formação. Dentre os resultados da pesquisa podemos mencionar: 1) Setor estadual de Educação do MST acompanha as escolas de assentamento. Realiza parcerias com universidades, Secretarias de Educação e outras entidades educativas. 2) Comunidade necessita participar ativamente dos problemas da escola. 3) Professores não participam de debates sobre o magistério no sindicato e nem no movimento social. 4) Professores têm desinteresse pelas propostas educacionais do MST. 5) Necessidade dos sindicatos dos professores de repensar as propostas de acompanhamento e de formação político-pedagógica dos profissionais. 6) Estado necessita repensar a estrutura das escolas, as propostas pedagógicas e qualificação dos professores formadores. Elaboração de um projeto de formação continuada que dê aos professores condições de atuarem em diversas realidades. Dentre os eixos temáticos da pesquisa destacam-se: Prática pedagógica; formação de professores; cotidiano escolar de

professores e narrativas de professores. Os autores mais referenciados são: Freire (1987); Moita (1995; 1997); Candau (1997); Caldart (1997; 1995; 1990).

Tema 3. Cooperativismo, trabalho e educação

A pesquisa a seguir demonstra que a escola técnica organizada no MST inova no quesito formação, quando consegue desenvolver uma práxis educativa. Nela, *os conteúdos escolares possuem estreita relação com o trabalho produtivo nos assentamentos*. O trabalho educativo ganha vida própria.

Menezes Neto (2003) publicou os resultados de sua tese no livro *Além da Terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST*. Trabalhou com alunos do curso Técnico de Administração Cooperativista (TAC) vinculado a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e administrado e mantido pelo MST que funciona na escola Josué de Castro no município de Veranópolis, Rio Grande do Sul. O problema de pesquisa foi: Como o projeto socioeducativo e pedagógico do Movimento inserem-se e contribuem nas lutas dos trabalhadores da terra, tendo em vista o desenvolvimento da proposta de formação de cooperativas em assentamentos de reforma agrária? Os objetivos foram discutir a educação e a formação profissional como partes do processo de ampliação de política das lutas do MST; analisar os princípios e as práticas pedagógicas do MST, buscando a gênese da proposta relativa ao trabalho e à educação no seu projeto político; estudar o cooperativismo como uma alternativa ao desemprego, e ao mesmo, ao assalariamento capitalista. Fez uso de entrevistas com alunos, direção, supervisão e docentes do curso TAC. Para o autor a proposta cooperativista do MST “apresenta-se como uma alternativa contra-hegemônica, levando a discussão do direito ao trabalho e à terra para a agenda política brasileira” (p. 18). Alguns apontamentos conclusivos do autor podem ser resumidos com as afirmações: 1) “(...) o papel histórico dos trabalhadores parece ser o de centrar-se na unificação das lutas dispersas, revalorizando as ações coletivas, os movimentos sociais, os partidos e os sindicatos ligados aos trabalhadores” (p. 161). 2) O MST busca alternativas por intermédio de suas cooperativas, de seus assentamentos, de seus fóruns de discussões educativas. Apresenta uma pauta de reivindicações que vai além da luta pela terra. 3) O MST apresenta um projeto político e social novo, que busca alternativas à sociedade, tendo como foco a hegemonia dos trabalhadores. 4) A implantação

de cooperativas requer projetos de viabilidade econômica, social e política. Para tanto, “o MST necessita qualificar assentados para a gestão cooperativa” (p. 162). 5) “A novidade, representada por esta experiência [formação técnica], situa-se no fato de ser o TAC uma escola técnica diretamente liga ao processo produtivo dos trabalhadores. É uma experiência em que o excluído é o patronato; resgatando educadores socialistas clássicos, combinados com educadores brasileiros. As pedagogias elaboradas por Marx, Lênin, Krupskaja, Gramsci, Pistrak e Makarenko, colaboram, mas não determinam, nem bastam. Pode-se dizer da existência de Marx e não do marxismo, no projeto educativo do MST”. (p. 162). 6) “Pode-se dizer que o TAC rompe, por um lado, com o ensino livresco e academicista, e por outro, com a simples preparação dos setores populares para determinadas profissões, desfazendo desta forma, a dualidade escolar. Saber-fazer e saber-ser encontram-se colocando os alunos em contato com as teorias e os processo produtivo real”. (p. 162). 7) “(...) os alunos do TAC, assim como a direção da escola, avaliam criticamente os condicionantes históricos, sociais, políticos do funcionamento dos cursos de ensino médio do Brasil e representam as classes populares que buscam construir a sua própria história”. (p. 162). 8) “na proposta do TAC, o ensino médio ganha vida própria, pois vincula a formação teórica e crítica com o trabalho produtivo, além de enfatizar a cultura e as artes” (p. 163).

Tema 4. Princípio educativo do trabalho cooperativo

Trata-se de uma pesquisa que *anuncia aspectos educativos do mundo do trabalho cooperativo*. Trata-se de uma experiência nova para os trabalhos – a organização de processos autogestionários. O educativo emerge do mundo da práxis produtiva.

Bonamigo (2001) publicou, como resultado de sua pesquisa, obra intitulada *Pra mim foi uma escola. O princípio educativo do trabalho cooperativo*. Fez investigação do tipo estudo de caso, com observação participante. Os sujeitos foram os participantes da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata LTDA (COOPTAR), município de Pontão, Rio Grande do Sul. É uma cooperativa de produção agropecuária (CPA) do Sistema de Cooperativa dos Assentados (SCA). Os objetivos foram conhecer, compreender e analisar o movimento singular desta CPA, desde o momento em que os homens e mulheres que fazem

parte do seu quadro de associados decidiram se reunir, discutir a sua situação junto com os seus vizinhos, com os outros moradores de sua pequena comunidade interiorana, da década de 1980 até o trabalho desenvolvido atualmente. Trabalhou com levantamento bibliográfico sobre as principais características da gestão atual do modelo de produção e acumulação capitalista e suas conseqüências sobre a concepção de educação, as dimensões que assume o trabalho na produção cooperativa do MST, bem como o resgate histórico da formação camponesa no Brasil e a formação do MST. Fez uso de entrevistas dirigidas e semi-dirigidas e observação participante. Orientou seu processo de pesquisa pelo método histórico-dialético, considerou o contexto e as categorias do movimento, contradição, totalidade, unidade dos contrários. Dentre os resultados da pesquisa destacam-se: 1) “A produção cooperativa, especificamente do caso analisado, enfrenta as contradições próprias de estar vinculada ao mercado com o qual se relaciona, vendendo e buscando produtos/mercadorias, buscando crédito, etc”. (p. 170). 2) “Há um processo de formação humana desencadeado em cada homem e em cada mulher desta cooperativa desde o primeiro momento em que cada um, no âmago de sua individualidade, decidiu romper com os limites impostos pela cultura e tradições dominantes”. (p. 171). 3) “O MST está presente nos gestos, na aprendizagem e na apropriação de uma nova linguagem, nas idéias, na consciência, nas práticas, nos símbolos, nas casas, na agrovila, na escola (...) nas crianças e nas mulheres e nos homens que fazem parte da Cooptar”. (p. 171). 4) “(...) esse espaço de socialização assumiu dimensões próprias, determinado pela presença e convivência constantes entre as pessoas: de amizade, de confiança, de respeito, de companheirismo, de entreatajuda, de trocas de informações, de discussão política”.(p. 171). “A própria opção em formar uma cooperativa foi uma ação que incorporou uma nova cultura de relações interpessoais e de organização do trabalho”. (p. 172). 5) “(...) trabalhadores e trabalhadoras desenvolvem uma nova cultura do trabalho, um trabalho coletivo, autogestionário, negando o individualismo e a propriedade privada, atacando a raiz da alienação”. (p. 174). Quanto aos limites da experiência analisada, o autor destaca as *relações de gênero*, que ainda são desiguais em vários aspectos, especialmente o fato de que as atividades domésticas não são computadas como tarefas da cooperativa. São atividades exclusivas das mulheres. Salienta que há pouco rodízio dos trabalhadores nos setores produtivos, o que pode levar ao risco de super especialização. Os trabalhadores possuem uma autonomia relativa, mas o

aprendizado da experiência impulsiona a continuidade da mesma. Dentre os autores referenciados destacam-se Antunes (2000, 1995); Chesnais (1996) e Marx (1979).

Tema 5 – Etnomatemática e educação no MST

A pesquisa a seguir, problematiza prática educativa e leva a inquietações sobre o currículo voltado à formação de professores que trabalham no meio rural. *Evidencia a importância do conhecimento das práticas produtivas*, de modo a possibilitar as articulações das mesmas com os conteúdos escolares.

Oliveira (2000) desenvolveu estudo sobre Atividades produtivas do campo, etnomatemática e educação do Movimento Sem Terra. Trabalhou com pesquisa qualitativa de tipo etnográfica. Os sujeitos foram formados por um grupo de estudantes, pertencentes ao MST, oriundos de 14 estados brasileiros matriculados no Curso de Magistério do MST no município de Braga no noroeste do RS. Os objetivos foram analisar as atividades produtivas do meio rural, a partir de uma perspectiva da Etnomatemática. Investigar qual a potencialidade e obstáculos estão envolvidos numa prática educativa com tais contornos e que busca formar professores e professoras para atuarem no meio rural produtiva. Trabalhou com observação participante; entrevistas-depoimento pessoal, diário de campo, análise dos documentos produzidos pelo MST e análise de documentos como Ficha de Entrada e Saída de produtos, trabalhos realizados pelos estudantes em sala de aula. Como resultados da pesquisa podem ser ilustradas na fala da autora:

As análises que fui fazendo ao longo desta pesquisa mostraram que, de fato, as práticas produtivas agrícolas e os saberes de quem nela trabalha, constituíram-se em temas férteis, com várias possibilidades de serem incluídos nos currículos das escolas rurais, gerando interessantes e frutíferas aprendizagens. Constatei que apesar de serem muitas as práticas produtivas agrícolas, a presença de elementos peculiares facilitaram, sem simplificar, a problematização dessas. Um desses elementos dizia respeito as condições climáticas necessárias para a realização de plantios e colheitas. Também surgiram saberes matemáticos próprios dos agricultores, construídos na cotidianidade do trabalho agrícola, os quais, na perspectiva da Etnomatemática vivenciada, tive possibilidade de inserir no processo pedagógico (...) Uma prática desenvolvida em sala de aula que se mostrou importante para o grupo de estudantes foi a utilização, como material didático, de artefatos ordinários que circulavam pelas casas das famílias, como pacotes de sementes, por exemplo. Esta transmutação teve um grande impacto em sala de aula, e

os materiais foram problematizados a partir de suas próprias complexidades. (p. 117).

Quanto ao planejamento do processo pedagógico, a pesquisadora afirma que:

Os estudantes vivenciaram formas de realizar um planejamento incorporando o estudo das práticas produtivas nos currículos escolares. Na análise destes planejamentos, pude identificar basicamente três tendências que expressaram as compreensões dos estudantes. A primeira tendência se constituiu em elaborar problemas cujo enunciado se referia a prática em questão. Uma segunda tendência foi listar conteúdos que precisariam ser conhecidos para discutir a prática produtiva. Aqui se apresentaram duas variantes. Uma delas era primeiro estudar os conteúdos e depois mostrar como esses se relacionavam com a produção do meio rural. Uma segunda variante era utilizar-se da produção agrícola para motivar o estudo de alguns conteúdos. E uma terceira tendência, os estudantes, demonstrando terem compreendido o cerne da proposta que debatia com eles, prepararam perguntas importantes que direcionaria as discussões centradas nas práticas produtivas, problematizando, inclusive, as diferenças entre os processos de produção. Essas tendências foram por mim denominadas como Elaboração de problemas, Listagem de Conteúdos, e Problematização da Atividade produtiva. (p. 118)

Em síntese, a pesquisadora focaliza Etnomatemática e prática pedagógica. Formação de professores. Currículo e conteúdos. Trabalho e matemática. Matemática e práticas culturais. Os autores mais referenciados são Abramovay (1997; 1998) e Knijnik (1996, 1997, 1998).

Tema 6 – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e Educação de Jovens e adultos.

Carvalho (2006) analisa o Pronera no estado do Ceará, na tentativa de discutir faces da construção de uma política pública de educação de jovens e adultos, em áreas de assentamentos de reforma agrária. Menciona a precariedade da formação docente e o Pronera como fundamental para que os educadores dos assentamentos tenham oportunidade de continuar os estudos. Destaca que a discussão curricular necessita estar atrelada às lutas populares, quando se pensa a educação do campo. A educação de jovens e adultos, experiência empreendida no contexto do Pronera, foi considerada uma experiência satisfatória em função dos conhecimentos problematizados e do trabalho com temas geradores vinculados ao cotidiano do trabalho produtivo nos assentamentos. O Pronera possibilita experiências educativas sincronizadas com a prática social, segundo a

pesquisadora. Também, enfatiza que a construção de políticas públicas requer o envolvimento dos diferentes atores sociais. Trata-se de uma pesquisa que anuncia conhecimentos educacionais voltados à construção de políticas públicas; demonstra a importância da participação da sociedade civil organizada no debate político educacional. Faz uso de autores da Ciência Política, como Leonardo Avritzer e Evelina Dagnino. Traz os estudos de José de Souza Martins para refletir os movimentos sociais do campo. Pesquisadores da educação de jovens e adultos como Sérgio Haddad, Maria Clara Di Pierro e Márcia Regina de Oliveira Andrade são mencionados, por suas pesquisas que caracterizam a educação de jovens e adultos no Brasil e, em especial nas áreas de assentamentos e no contexto do Pronera. É uma das pesquisas que se destaca pela referência que faz a outras teses e dissertações realizadas sobre a educação e o MST, a exemplo de Braga (2005), Corazza (2003), Castro Júnior (2005), Feitosa (2002), Holanda (2000), Maia (2005), Silva (2004), Soares (2001), Souza (1994) e Vendramini (2000).

3. Considerações finais

Podemos afirmar que os conhecimentos educacionais construídos nas pesquisas referem-se a:

- 1) *Prática Educativa nas escolas do campo articulada com o mundo do trabalho.* As pesquisas denunciam práticas que são descoladas dos aspectos produtivos com os quais os educandos estão habituados. Anunciam diversas potencialidades na prática educativa, ao relatarem experiências inovadoras em desenvolvimento nas escolas do campo, seja no âmbito da formação técnica (Ensino Médio), sejam experiências com os cursos Pedagogia da Terra (Educação Superior), ou ainda os projetos de educação de jovens e adultos.
- 2) *Formação de Professores: anunciam a necessidade de uma formação que considere as características do trabalho produtivo na terra.* Muitas críticas são tecidas à concepção curricular centralizada no mundo urbano, seja quanto à definição de conteúdos, metodologias e processo avaliativo. Alguns trabalhos destacam as potencialidades do trabalho colaborativo na formação de professores. A grande maioria salienta a necessidade de que a formação tenha

estreita relação com a experiência dos educandos nos assentamentos da reforma agrária. Ou, nos casos de formação continuada, que os professores possam problematizar as práticas e inquietações presentes no cotidiano pedagógico.

- 3) *Política pública de educação*. Todas as pesquisas que fazem menção à *construção de uma política pública de educação do campo ressaltam a participação de diferentes atores sociais e a importância do fortalecimento da esfera pública – encontros da sociedade civil organizada e da sociedade política*. Enfatiza-se muito o fato de que o Estado não pode ser analisado como um bloco monolítico e nem a sociedade civil. A luta de classes não é ignorada nos debates sobre educação e movimentos sociais do campo, no entanto, valoriza-se um momento político em que parecer haver possibilidade de diálogo entre movimentos e governos. A certeza presente nos trabalhos é que a política pública se faz com a participação efetiva dos movimentos sociais de trabalhadores.

Por fim, cabe mencionar que a pesquisa em educação no Brasil vem integrando pesquisadores que possuem uma participação direta com os movimentos sociais do campo. De uma maneira ou de outra, os trabalhos de mestrado e de doutorado têm emergido da participação dos seus autores em projetos de pesquisa, projetos e extensão e grupos de pesquisa voltados ao debate da educação, trabalho e movimentos sociais. Também, há um grupo de pesquisadores oriundos do mundo do trabalho camponês, que de certo modo revisita as suas concepções de trabalho na terra, de reforma agrária e de educação do campo. O sentido social fica registrado em todas as pesquisas, cujo conteúdo faz anunciar potencialidades da educação no contexto dos movimentos sociais e denunciar as fragilidades das políticas e práticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BONAMIGO, Carlos Antônio. *Pra mim foi uma escola... o princípio educativo do trabalho cooperativo*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2002.

CALAZANS, Maria Julieta. Para compreender a educação do Estado no meio rural. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (orgs.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993. p. 15-40.

CAMINI, Isabela. O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento do MST: limites e desafios. *Dissertação* (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

CARVALHO, Sandra Maria de Gadelha. Educação do campo: Pronera uma política em construção. *Tese* (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

DUARTE, Newton. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na pós-graduação em Educação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 89-110, jan/ jun. 2006. Disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em 30 de maio de 2007

MARTINS, Fernando José (org). *Educação do campo e formação continuada de professores*. Porto Alegre: Est Edições, 2008.

MENEZES Neto, Antonio Júlio. *Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

OLIVEIRA, Helena Dória Lucas de. Atividades produtivas do campo, Etnomatemática e a educação do Movimento Sem Terra. *Dissertação* (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2000.

REIS, Edmerson dos Santos. *Educação do campo e desenvolvimento sustentável: avaliação de uma prática educativa*. Juazeiro- Bahia: Gráfica e Editora Franciscana, 2004.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: a emergência de contradições. In: GRACINDO, R. V. (org.). *Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdade sócio-educacionais*. Brasília: Liber Livro Ed., 2007. (p. 153-170).

RODRIGUES, Marli de Fátima. Da luta pela educação à educação na luta: memórias, narrações e projetos dos assentamentos e projetos dos assentados e professores do MST na Fazenda Giacometi. *Dissertação* (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

TERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (orgs.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.

VENDRAMINI, Célia Regina. Pesquisa e movimentos sociais. *Educação e Sociedade*, vol. 28, n. 101, Set/Dez, 2007. Campinas.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Unijuí, 2007.